



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



6ª CÂMARA TÉCNICA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS,
ENERGÉTICAS E DE INFRA-ESTRUTURA

01 de junho de 2005.

Sala 602 - Centre/Ibama - Brasília/DF.

(Transcrição *ipsis verbis*)

1 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

2
3 Bom dia a todos. Para quem não me conhece, meu nome é Eleonora Ribeiro, sou Diretora Adjunta do CONAMA pela
4 Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, estamos dando abertura agora, a 6ª Reunião da Câmara
5 Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infra-Estrutura. Essa reunião tem por objetivo, conforme
6 Regimento, estabelecer a presidência da Câmara que foi recentemente recomposta, onde temos como
7 representantes hoje o Grama, como Ongs da Região Sudeste, a CNI, a ANAMMA, o Governo do Estado do Pará, o
8 Governo de Minas Gerais, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério dos Transportes. A reunião, conforme
9 Regimento, ela inicia-se com a coordenação da Secretaria Executiva, de acordo com o art. 24 do Regimento Interno
10 do CONAMA. Seguindo o roteiro da nossa reunião, os senhores que compõem a Câmara Técnica terão um prazo
11 para, iniciando de vontade apresentar suas candidaturas. Passo agora, a palavra aos Conselheiros presentes que
12 quiserem se manifestar.

13
14 **Patrícia H. Boson - CNI**

15
16 Eu só queria deixar registrado que parece que na listagem da Câmara, houve uma confusão. Os três da CNI são da
17 Câmara de Controle e Qualidade, talvez lá na listagem da Câmara de Controle e Qualidade esteja efetivamente os
18 três nomes que são dessa Câmara, houve uma troca.

19
20 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

21
22 Nós tivemos ontem a informação que a CNI vai mandar detalhado, por Câmara Técnica, os seus representantes e
23 respectivos suplentes, mas pode deixar que o registro está feito. Obrigada Patrícia.

24
25 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**

26
27 O Grama está como Região Sudeste ou Nordeste?

28
29 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

30
31 O Grama está como Região Sudeste.

32
33 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**

34
35 É Nordeste.

36
37 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

38
39 Já estou fazendo a conferência. Eu gostaria, inclusive de informar, e aí as pessoas que quiserem se apresentar, os
40 Conselheiros que representam cada entidade dessa e que estão presentes nessa reunião. Pelo Grama, da Região
41 Nordeste, nós temos o Walmir do Carmo; pela CNI a Patrícia Boson. Não temos representantes da ANAMMA, o
42 Governo do Pará, embora tenha avisado que veio, não está na reunião; por Minas Gerais, nós temos o Dr. Caio
43 Márcio Benício; Minas e energia, Dr. José Carlos e Dr. Helder Nunes; pelo Ministério dos Transportes, Ângela
44 Parente; temos a participação, pelo Ministério dos Transporte, de Juarez e pela Agência Nacional de Águas, Martha
45 Sugai. Acho que completei. Então, está aberta a palavra aos senhores, para fora as correções, agora apresentar as
46 candidaturas. Com a palavra Ângela Parente.

47
48 **Ângela Maria Barbosa Parente - Ministério dos Transportes**

49
50 Eu queria propor que continuasse na presidência o Dr. José Carlos do Ministério de Minas e Energia.

51
52 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

53
54 Registro feito. O Dr. José Carlos gostaria de falar, ou algum outro representante?

55
56 **Caio Márcio Benício Rocha – Governo de Minas Gerais**

57
58 Minas Gerais também apóia o nome do Dr. José Carlos.

59
60 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**

61
62 Grama Região Nordeste também apóia, pela experiência que ele já tem em conduzir a Câmara.

63
64 **Patrícia H. Boson - CNI**

65
66 CNI apóia a candidatura do Dr. José Carlos.

67
68 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

69
70 Sendo unanimidade, eu vou pedir ao nosso colega André, passar as cédulas para que nós tenhamos o registro, e
71 enquanto ele passa as cédulas, eu passo a palavra para o Dr. José Carlos.

72
73 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

74
75 Venho em nome do Ministério de Minas e Energia agradecer esse apoio e esse interesse de todos em que o
76 Ministério de Minas e Energia se mantenha na presidência da Câmara. Eu quero dizer que o Ministério tem
77 demonstrado isso claramente pelas leis que compõe o novo modelo do Setor Elétrico, instituiu como obrigatório o
78 licenciamento ambiental prévio antes de qualquer concessão elétrica, na parte de empreendimentos elétricos, e o
79 mesmo já está valendo, apesar da não existir lei específica, já está valendo também para as concessões da área do
80 petróleo. Esse entrosamento entre os dois Ministérios, entendendo-se aí o Ministério do Meio Ambiente e Ministério
81 de Minas e Energia, isso aí vem num crescente, tivemos altos e baixos, de vez em quando um morde o outro, mas
82 tudo isso dentro de um processo de construção em que a Ministra Dilma determinou, inclusive a constituição de
83 Grupos de Trabalhos específicos, coisa que já tendo trabalhado na minha vida desde os anos setenta, uns quinze,
84 acho que uns quinze anos para o Ministério de Minas e Energia, é a primeira vez que eu vejo a área ambiental tão
85 bem estruturada, tão bem equipada de pessoas, dentro da estrutura central do Ministério, e obviamente as empresa
86 têm que refletir esse procedimento. As votações, as resoluções, das moções, que tem interesses do Ministério de
87 Minas e Energia são objeto, para que todos saibam, são objeto de discussão ampla dentro do Ministério, o meu voto
88 da pessoa José Carlos, que fisicamente representa o Ministério de Minas e Energia, na verdade é o resultado,
89 primeiro de um consenso interno, todas as decisões, todas as informações, são circuladas por todas as entidades do
90 Ministério, não é só dos órgãos do Ministério, mas as entidades também. Cada reunião é precedida de uma reunião
91 nossa, interna, quer dizer, cada vez que nós conversamos com o Ministério do Meio Ambiente, cada vez que nós
92 vamos para uma Câmara Técnica, ou vamos para um Plenário do CONAMA, nós temos a reunião prévia com a
93 equipe do Ministério para que nós nos preparemos, e vocês entendam que toda vez que há um posicionamento do
94 Ministério, é a concertação das cabeças de nós todos, e quando chega a um Plenário de um CONAMA é também o
95 pleno entendimento, é um voto acordado, negociado também com o Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma nós
96 entendemos que nós podemos retribuir muito bem essa confiança de todos em que o Ministério de Minas e Energia
97 continue tendo um papel de destaque dentro do processo da área ambiental, e dizendo claramente para todos vocês,
98 que seja na Câmara Técnica, nessa Câmara Técnica específica, seja em qualquer outro local, por favor, na medida
99 em que vocês tenham alguma necessidade, alguma demanda, nos contatem, porque nós vamos encontrar meios e
100 mobilizar a equipe do Ministério inteira, sempre no sentido amplo, para que nós não deixemos nenhuma idéia,
101 nenhum conceito parado na gaveta ou sem interesse, nós vamos dar uma resposta, nós vamos nos posicionar. De
102 repente alguns pontos podem não sair exatamente do jeito que se quer, mas o Ministério de Minas e Energia não
103 deixa de se posicionar de maneira clara, bem definida e disposta a negociar onde quer que seja, para que nós
104 tenhamos a inclusão, como nós chamamos dentro do Ministério, a inclusão da variável ambiental nos projetos de
105 energia e de mineração.

106
107 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

108
109 Muito obrigada. Eu queria pedir desculpas pela omissão de dizer da participação do nosso diretor, Dr. Nilo Diniz, a
110 quem eu passaria a palavra.

111
112 **Nilo Sergio de Melo Diniz – Diretor o CONAMA**

113
114 Na verdade, eu estou aqui apenas acompanhando esse início da Câmara Técnica, eu vim acompanhar outra Câmara
115 Técnica, eu e a Eleonora que é Diretora Adjunta, estamos dividindo a participação nas Câmaras, e apenas quero só
116 parabenizar mais uma vez o Ministério de Minas e Energia por presidir mais uma vez, se bem que ainda não foi feita
117 a apuração, mas pelo que eu pude perceber, há um consenso na Câmara, quase que aclamação, para que
118 mantenha o MME na presidência, eu acho que isso é prova de que essa Câmara vai continuar funcionando bem e
119 para nós na secretaria do CONAMA isso está sendo fundamental. Nós dinamizarmos as Câmaras Técnicas, porque
120 na verdade elas é que alimentam o Plenário do CONAMA, com proposições, com resoluções, com recomendações, e
121 essa área é uma área que, justamente por isso que falou o Secretário José Carlos, é exatamente por esse
122 entendimento, essa articulação que temos feito entre Minas e Energia e MMA, é que faz com que essa Câmara tenha
123 daqui para frente uma produtividade cada vez maior, no sentido de ir acertando a questão da sustentabilidade na
124 esfera das atividades de competência dessa Câmara, que é a atividade minerária, de infraestrutura e transportes.

125 Então, eu acho que justamente esse bom, a efetividade da política ambiental integrada essa articulação como política
126 de Governo, é que pode propiciar exatamente que nós vamos dando passos decisivos no sentido de ganhar cada vez
127 mais sustentabilidade sócio-ambiental nas atividades, nessas áreas que são de importância capital para o
128 desenvolvimento do país. É só isso, muito obrigado. Eu vou acompanhar outra Câmara Técnica, bom trabalho para
129 vocês.

130
131 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

132
133 Na seqüência, já fizemos a distribuição das cédulas, e a apuração da votação, como disse o Dr. Nilo, não se faz
134 necessária. Renovo aqui os parabéns, faço das palavras dele as minhas, porque realmente temos o registro do
135 empenho e das atividades positivas que o Ministério vem traduzindo na presidência dessa Câmara Técnica. Dando
136 seqüência, nós entraríamos então no item 3.6, onde eu passo efetivamente a transferência da coordenação dos
137 trabalhos ao Presidente eleito, Dr. José Carlos.

138
139 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

140
141 Muito Obrigado. Obrigado mais uma vez aí, mas eu imagino que haverá, tem que fazer uma indicação do relator da
142 Câmara Técnica agora, antes de começar os assuntos que estão em pauta. A indicação, num processo democrático
143 nós perguntamos da disposição dos presentes, de algum dos presentes de ser o relator da Câmara Técnica.

144
145 **Não identificado**

146
147 A Conselheira Patrícia, para não ficar só... (Risos).

148
149 **Patrícia H. Boson - CNI**

150
151 Eu, infelizmente vou ter que declinar, porque eu já sou hoje coordenadora do Grupo de Trabalho da Agenda Nacional
152 do Meio Ambiente, além de estar na CTIL, nas duas Câmaras Técnicas ali do Conselho Nacional de Recursos
153 Hídricos. Eu, realmente seria uma irresponsabilidade da minha parte assumir mais essa função, porque eu
154 realmente não vou dar conta, mas agradeço a indicação.

155
156 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**

157
158 Só tem uma mulher aqui como Conselheira? Porque era para fazer o contraponto para acabar essa hegemonia dos
159 homens, só para fazer, para quebrar, para ficar essa coisa do homem, o homem tudo no comando, uma mulher aí.

160
161 **Não identificado**

162
163 A Ângela não estando presente, eu acho que não teria como, ela teve que se sair.

164
165 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

166
167 Eu proporia o seguinte: a indicação do relator, ela não é, ela pode ser trocada na próxima reunião, se assim for
168 determinado. Então, abusando talvez da ausência dela, eu proponho que o companheiro aceitaria a indicação da
169 Ângela, ela analisaria isso até a próxima reunião, e se for o caso, na próxima reunião então, nós refaríamos esse
170 processo, mas teríamos ela em princípio indicada. Eu diria que talvez, fazendo referência a situação do Ministério de
171 Minas e Energia que está, que vem estando razoavelmente melhor, não está razoável não, mas está melhor
172 estruturado do que era antes, nós só repararmos que, pelo menos nas Plenárias do CONAMA, e em algumas outras
173 reuniões, nós temos sempre, o pessoal não está brincando, que vai a bancada do Ministério de Minas e Energia, o
174 voto é um, mas tem sempre cinco, seis, na reunião do CONAMA, tem dez, doze presentes no Ministério. Então,
175 aviso, quer dizer, ofereço, se houver necessidade, avise, por favor, a Ângela, que havendo necessidade nós teremos
176 condição de também mobilizar a equipe do Ministério de Minas e Energia para dar suporte para funcionamento da
177 relatoria. Bom, aceito isso aí podemos passar para o item cinco da pauta que é apresentação das matéria que se
178 encontram em tramitação no âmbito da Comissão Técnica. Não sei se é o Marcelo que fala, ou o André que fala.

179
180 **André Afonso Ribeiro - MMA/CONAMA**

181
182 Bom dia a todos, sou recém chegado ao Ministério do Meio Ambiente, trabalhando na Secretaria Executiva do
183 CONAMA, sou geólogo também, como alguns na mesa. Os processos que hoje estão em tramitação nessa Câmara,
184 são apenas dois. Um deles diz respeito a uma proposta de recomendação sobre a cassação da Portaria de Lavra
185 266, da Empresa de Mineração Inoam. Esse assunto vem sendo debatido desde a 2ª reunião da Câmara Técnica, e
186 na 5ª reunião foi lido um parecer, ou uma nota da FEEMA sobre o assunto, e a idéia na última reunião foi fazer um

187 convite aos atores envolvidos no assunto, à FEEMA, ao representantes da mineração, para comparecerem à reunião
188 da Câmara Técnica. Então, isso tem que ser decidido como que vai ser encaminhado. O outro processo que está,
189 que entra agora em discussão nessa Câmara Técnica é a revisão da Resolução 306, que dispõe sobre as auditoria
190 ambientais. O interessado nesse assunto é a Secretaria de Qualidade Ambiental em Assentamentos Humanos do
191 Ministério, e o que ela pede não é uma alteração de mérito ou de conteúdo da resolução, e sim só uma revisão de
192 forma, porque eles alegam, e tem um parecer no processo, que essa revisão da forma melhora muito na prática a
193 aplicabilidade da resolução. Então, os dois processos que hoje estão em tramitação, são esses dois. Alguns assuntos
194 também foram debatidos na última reunião, e talvez tenha que ter um encaminhamento hoje para saber como que
195 eles vão encaminhar. Esses assuntos, um foi a idéia do representante das ONGs, das entidades ambientalistas do
196 Nordeste, senhor Valmir, sobre a possibilidade de uma apresentação sobre a extração de Urânio em Caitité na Bahia.
197 O outro assunto foi colocado pelo representante do Governo do Pará, senhor Ronaldo Lima, solicitando ao Ministério
198 de Minas e Energia, diretrizes para o ordenamento da pequena mineração, uma resolução sobre esse assunto. E o
199 terceiro item, a possibilidade de proposta sobre o licenciamento de empreendimentos de pequeno potencial de
200 impacto ambiental, proposto pelo Ministério dos Transportes. Então, hoje em tramitação na Câmara são esses dois
201 processos já colocados, e esses três assuntos que surgiram na última reunião e que para ter o encaminhamento
202 agora, nós solicitamos o encaminhamento oficial por parte dos interessados, do andamento desses assuntos. Então,
203 qualquer dúvida...

204 205 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**

206 Faltou um item aí que nós solicitamos que a Câmara Técnica fizesse uma reunião no Estado da Bahia para,
207 juntamente com os órgãos lá interessados em meio ambiente, para ver essa questão do Urânio de Caitité, e também
208 a contaminação por chumbo da cidade de Santo Amaro da Purificação, que a população lá está sofrendo demais com
209 essa contaminação. Quanto a Mineradora Inuam, eu recebi um fax do pessoal da APEDEMA, ele diz assim: a
210 indicação oferecida ao Plenário do CONAMA foi no sentido de suspender a Portaria de Lavra da Mineradora Inuam
211 junto ao Ministério de Minas e Energia. Os argumentos estão bem claros no processo, inclusive com cópias de
212 sentença judicial e publicação no Diário Oficial do Rio de Janeiro e Niterói, da suspensão das licenças ambientais.
213 Veja que a mineradora já não dispõe de nenhuma licença ambiental e está interdita por decisão da Justiça Federal.
214 Então, o que falta é a suspensão da portaria de lavra. Essa é uma informação do pessoal interessado do Rio de
215 Janeiro. E a demanda para que o empreendedor aparecesse foi da minha autoria, e eu pediria que não mais
216 convidassem o empreendedor, diante das implicações mesmo que eles já estão sofrendo. Nós estamos vendo aqui
217 que eles estão mesmo implicados com leis e tal, e não mais convidassem eles, o empreendedor, para falar nada.

218 219 220 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

221 Eu entendo que nesse caso aí, acho que caberia então, numa próxima reunião, o Helder providenciar uma
222 explicação, uma apresentação por parte, apenas do DNPM sobre a situação da lavra em si, mas seria só isso então.
223 Posso entender dessa forma?

224 225 226 **Não identificado**

227 Quer dizer, que a Câmara Técnica estaria resolvendo, que só haveria uma aplicação do DNPM sobre a situação
228 atual.

229 230 231 **Não identificado**

232 Não teve aqui da última vez uma técnico da DNPM?

233 234 235 **Não identificado**

236 Sim, mas ele tem que confirmar em que pé está.

237 238 239 **Não identificado**

240 Aqui está também que seria convidado o órgão ambiental do Estado do Rio.

241 242 243 **Não identificado**

244 Eu estou perguntando por que é a primeira vez que eu participo dessa reunião. Essa mineradora sobre a qual o
245 DNPM tem essa intenção de fazer a cassação da portaria de lavra, qual é o bem mineral? E qual Estado?

246 247 248 **Não identificado**

249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310

Rio de Janeiro, parece que extração de granito. Processo está disponível.

Helder Naves Torres - Ministério de Minas e Energia

É uma pedra de brita e pedra, um granitóide lá, e foi criada uma Unidade de Conservação na região, aí a mineração, o DNPM está estudando e está acompanhando todas as atividades da atividade minerária. Então, entraria o DNPM, só que agora com o parecer também acompanhado sobre a questão jurídica que o Walmir está sugerindo, qual é a posição, e qual do ponto de vista legal, a posição que o DNPM pode tomar? Porque foi até explicado, a grosso modo, aqui na reunião passada, que suspender uma portaria de lavra não é tão simples, tem que ter toda uma motivação do ponto de vista administrativo do DNPM. Questão legal judicial não se discute. Então, nós traríamos aqui as informações a respeito do acompanhamento técnico da mina e também o posicionamento jurídico do DNPM com relação a cassação da portaria de lavra ou a suspensão, ok Walmir? E, se não me engano também, você já sugeriu que não se convide o empreendedor, mas que se convide também a FEEMA ou a órgão estadual de meio ambiente, e também a motivadora que é a APEDEMA, que trouxe a demanda, a APEDEMA e a FEEMA.

Não identificado

E outra coisa que eu queria saber quem chegou primeiro o parque ou a mineradora?

Não identificado

Pelos registros que estavam no processo, a atividade minerária, ela é anterior à Unidade de Conservação.

Não identificado

Então, aí nesse caso de fazer interdição vai ter processos de implicações indenizatórias?

Não identificado

Provavelmente. A dúvida jurídica fica nesse ponto, quem é responsável por isso? Quem implantou a Unidade de Conservação ou quem concedeu o direito de lavra e depois caça? Se a motivação da cassação do empreendimento da lavra não foi do ponto de vista mineral, mas sim ambiental. São pontos duvidosos, que acho que é mais uma trabalhadeira aí.

Não identificado

E provavelmente em APP, normalmente essas mineradoras são em APP.

Não identificado

Não tem jeito. Mineração acontece em topo de morro ou beira de rio, não tem muito que fugir disso.

Não identificada

Só uma pergunta. Elas são irregulares sobre o ponto de vista ambiental independente dessa questão da Unidade de Conservação, ou elas passaram a estar por estar em uma Unidade de Conservação?

Não identificado

Eu não tenho essas informações.

Não identificado

Eu estou perguntando por que você eliminou a fala do empreendedor.

Não identificado

Eu tinha proposto para ele vir aqui, mas diante do que eu recebi. Eu tinha proposto que viesse a FEEMA, a entidade que trouxe a demanda do Rio de Janeiro e o empreendedor. Mas, aí diante disso aqui que eu vi já está tudo complicado.

311 **Patrícia H. Boson - CNI**

312
313 Você não sabe que está complicado por conta da implementação da Unidade de Conservação, ele estaria legalizado
314 sobre o ponto de vista ambiental antes disso, ou se o problema surgiu depois. Porque aí no caso ele, de alguma
315 forma, também fica vitimizado pelo problema, não é só o ator. Então, quer dizer, acho que ouvir o empreendedor,
316 para mim continua em aberto.

317
318 **Não identificado**

319
320 Então, está. O que os senhores acham?

321
322 **Não identificado**

323
324 Então, mantenho o convite. A Secretaria Executiva do CONAMA faz o convite ao empreendedor.

325
326 **Não identificado**

327
328 A FEEMA, o empreendedor e a entidade.

329
330 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

331
332 O segundo assunto que o André se referiu, é a revisão da Resolução 306. Na verdade é uma questão mais ligada a
333 área de portos. Eu já encaminhei esse assunto ao representante titular lá no Ministério dos Transportes, eu telefonei,
334 combinei com ele. Então, eu imagino que na próxima reunião, ele já possa trazer também um posicionamento sobre
335 isso. Tão logo recebi, já encaminhei para ele. Então isso aí seria ok, porque isso aqui realmente o José Roque traria
336 então, um assunto. A extração de Urânio Caitité na Bahia, e a questão do chumbo Santa Amaro, você Walmir,
337 preferia que fosse na reunião que será realizada lá na Bahia?

338
339 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**

340
341 É porque a Câmara Técnica, eu solicitei que ela tivesse um caráter também itinerante para não ficar só no gabinete
342 aqui discutindo as coisas, e os problemas estão por aí espalhados, e nós fazendo uma reunião em locu, nós teríamos
343 condições de ver também, convidar pessoas envolvidas diretamente no processo, tanto de Caitité, quanto de Santo
344 Amaro para que elas também relatassem um pouco da experiência de conviver com essas contaminações, e aí eu
345 não sei como é que o Meio Ambiente ou Minas e Energia, qual seria a posição. E também ver, com os órgãos
346 ambientais da Bahia, quais são os procedimentos que eles estão tomando, adotando em relação a isso. Seria uma
347 reunião da Câmara Técnica com os órgãos ambientais da Bahia lá, CRA, esses órgãos envolvidos, entendeu? Para
348 ver quais são as medidas que se irão tomar em relação a isso. O Urânio já está em atividade em Caitité, e nós temos
349 sempre denúncia de derramamento das bacias de contenções, nós não sabemos como é que isso está sendo
350 transportado de Caitité para outros lugares, a forma como está sendo encaminhado. Nós até solicitamos também que
351 viesse aqui um técnico do Conselho Nacional de Energia Nuclear, para que eles que acompanham isso mais de perto
352 esclarecessem essas questões.

353
354 **Não identificado**

355
356 Em relação a isso, eu cheguei a fazer, depois da última reunião, alguns contatos. Então, eu acho interessante
357 também convidar o IBAMA, existe uma parte de licenciamento de atividades nucleares no IBAMA, e fiz algum contato
358 com o CNEN, eles estariam dispostos. Agora, a dificuldade, tem uma certa dificuldades em fazer reuniões fora de
359 Brasília. Eu não sei se a Eleonora quer complementar alguma coisa.

360
361 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

362
363 Eu peguei o Regimento porque eu leio ele toda hora, o tempo inteiro. As reuniões podem acontecer fora, mas elas
364 deverão ser devidamente justificadas pelo Presidente. Eu acho que a proposta, da forma que foi posta, corre o risco
365 de não ser aprovada porque não seria competência nossa a investigação e a fiscalização, mas acho interessante que
366 a Câmara Técnica realizasse uma espécie de um seminário específico disso no local, com os órgãos envolvidos, para
367 a partir daí fazer algum encaminhamento junto ao Plenário, ou mesmo uma proposta junto aos órgãos envolvidos
368 com a causa. Então, com esse segundo viés ela é mais fácil. Estruturalmente como disse o Marcelo, é difícil, porque
369 nós gravamos as nossos reuniões, nós temos toda uma estrutura que a nossa dinâmica em Brasília é mais fácil. Mas,
370 desde que haja um envolvimento seu para que nós possamos resolver essas questões estruturais, não vejo
371 impeditivo para que se realize. Eu acho que é melhor formatar, criar objetivos claros que componham com as

372 competências do Conselho e da própria Câmara Técnica, e aí o Presidente vai lidando e submetendo a Secretaria
373 Executiva, nós vamos fazer de acordo com o artigo 29. Obrigado.

374
375 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**
376

377 Eu endossaria muito essa proposta de um seminário exclusivo para nós do Ministério de Minas e Energia é mais fácil
378 lá, em algum local da região, vamos ver qual é o ponto certo, já que nós temos duas cidades um tanto distantes uma
379 da outra, Caitité e Santo Amaro, é no recôncavo, essa seria “fácil” de acesso e tudo, Caitité nem tanto, que é lá no
380 anterior da Bahia. Então, nós temos que ver até a questão de logística e tudo, como é que o Ministério poderia propor
381 um esquema desse. Eu realmente procuraria evitar reuniões formais da Câmara Técnica, até por conta da
382 experiência que nós tivemos, temos outras, mas só para citar uma mais recente, a última reunião do CONAMA, em
383 Campos do Jordão, que na prática obrigou a saída por quatro dias ou três dias e meio dos técnicos lá, e como vocês
384 já viram, no caso do Ministério de Minas e Energia, as pessoas que estão participando desse processo, são as
385 pessoas Sênior dentro do processo, e isso causou um transtorno e algumas reclamações do primeiro escalão do
386 Ministério, por conta da ausência de algumas pessoas por, na prática, quatro dias. Tivemos que sair na terça-feira
387 logo depois do almoço, e é complicado para o Ministério. O Ministério não tem tanta gente assim para disponibilizar.
388 E repito, o Meio Ambiente de, modo geral, não é mais cuidado pelo terceiro time do Ministério, é primeiro time
389 mesmo. Então, é complicado isso para nós. Então, se o Walmir aceitar, nós tentaríamos montar uma reunião, que
390 obviamente, não só a equipe da Câmara Técnica, mas todo o pessoal do CONAMA e outros e tal, nós faríamos um
391 negócio mais aberto, mas sob a orientação do que nós acertamos aqui.

392
393 **Patrícia H. Boson - CNI**
394

395 Eu só queria entender. Caitité eu não conheço. Mas em Santo Amaro da Purificação a contaminação que é grave, eu
396 fico até sem entender porque esse assunto não é mais divulgado, é por uma indústria de beneficiamento de chumbo,
397 ela é que largou o resíduo lá, uma indústria francesa, ela foi embora largou lá o resíduo, o resíduo contaminou, e pior,
398 a prefeitura resolveu fazer um recapeamento de todas as ruas da Santo Amaro com resíduos de chumbo. Então, o
399 caso é gravíssimo, todas as ruas da Santo Amaro estão, ao invés de um asfalto, chumbo, e toda população está
400 contaminada, aí eu fico imaginando que talvez o assunto não se restrinja a essa Câmara, seja um assunto também
401 da Câmara de controle e qualidade, uma coisa conjunta aí acho que vai ser necessária, porque não foi propriamente
402 a lavra que causou o problema, foi o beneficiamento, a parte industrial do processo é que causou o problema.

403
404 **Não identificado**
405

406 Eu queria até complementar, ele não é não só dessa Câmara como não é só do Meio Ambiente. A saúde tem um
407 trabalho lá, eu sei que tem, a vigilância ambiental, eles têm algum projeto piloto, então, teria que envolver mais gente,
408 mas setores além do ambiental, de mineração, seriam vários setores envolvidos.

409
410 **Não identificado**
411

412 Então, eu acho que a proposição para um seminário é muito bem-vinda, e nós, lá tem um senhor que trabalha com
413 essa questão de mineração, o senhor Adalberto, do Governo do Bahia, ele até pediu a relação do componentes da
414 Câmara Técnica de mineração, eu passei, ele ficou de entrar em contato com o Helder, eu não sei ainda, não entrou
415 não é Helder? Poderia, chegando lá, poderia passar essa demanda para ele para ver como o Governo do Bahia
416 poderia entrar nesse processo de negociação para realização do seminário.

417
418 **Helder Naves Torres - Ministério de Minas e Energia**
419

420 Nós teríamos dois órgãos que poderíamos mencionar sobre como tratar de atividade minerárias, seria o DNPM, que
421 pode dar um apoio em estrutura, e o próprio CRA, com a Lúcia, e ver qual a posição, qual o apoio que eles poderiam
422 dar em fazer esse seminário. Seria de um dia ou dois dias, ou um dia e meio. Como o Dr. José Carlos falou, a
423 ausência nossa, às vezes é muito cobrada pelos nossos dirigentes, só sai por questão muito necessária mesma.
424 Então, acho que podemos acionar esses dois órgãos para trabalhar isso aí. Acho importante também, talvez a
425 prefeitura de Santo Amaro, não sei. A ANAMMA não está presente aqui agora, a ANAMMA tinha representação, não
426 sei como está agora, de Lauro de Freitas, tinha assento no CONAMA, não sei se continuou, que poderia ajudar, junto
427 com Santo Amaro nessa organização. A prefeitura de Lauro de Freitas, ela tinha assento no CONAMA, eu não me
428 lembro em qual Câmara, acho que era de Gestão Territorial, eu não sei se continua.

429
430 **Não identificada**
431

432 Nós faríamos contato com a ANAMMA nacional, ela indicaria exatamente a pessoa que fosse sugerir.
433

434 **Helder Naves Torres - Ministério de Minas e Energia**

435
436 Em Santo Amaro, acho que seria muito importante envolver a Prefeitura, como a Dra. Patrícia mesmo mencionou,
437 que eu acho que é uma coisa que o poder municipal ali seria muito importante, e Governo estadual pelo CRA.

438
439 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

440
441 Acho que estamos todos entendidos sobre esse assunto, para o seminário. O Walmir, Helder e o André ficam
442 encarregados então, de levar adiante, vamos estabelecer uma data para, pelo menos os três comigo, tratarmos de
443 datas, agendas e encaminhamento do processo, podemos propor isso aí para duas semanas? Dá para montar uma
444 estrutura de reunião, e a reunião poderia ser feita talvez no final de junho, alguma coisa assim, ou em julho?

445
446 **Não identificada**

447
448 Eu só queria informar que tem um deputado da Bahia, Luiz Alberto, ele é uma pessoa que deve ser envolvida no
449 processo, que conhece bem a matéria e está tratando com a maior seriedade, sem muito...

450
451 **Não identificado**

452
453 Eu passei um e-mail para ele, inclusive, convidando para que ele viesse. Ele já fez um levantamento na Bahia com
454 essas mineradoras todas e, inclusive, com a situação do trabalhadores. Passei um e-mail há uns quinze dias atrás,
455 não tive resposta, ele também não pára muito aqui. Para ele vir aqui ou então mandar um relato do que ele viu lá pela
456 Bahia. Eu vou tornar a entrar em contato com ele, eu conheço a pessoa, e ele tem muito interesse, parece que ele
457 trabalha na comissão de meio ambiente aí da Câmara.

458
459 **Não identificada**

460
461 Trabalha e ele fez dentro do Congresso, ele promoveu uma oficina um seminário a respeito disso, inclusive com a
462 presença do Caetano, e a situação é mesmo assustadora. Diz que a maioria da população, nenhum pescado retirado
463 de lá é vendido porque ninguém compra, e os jovens não estão conseguindo emprego, porque ao fazer o exame de
464 saúde para entrar numa empresa, não passa porque é encontrada uma quantidade de chumbo em excesso no
465 sangue, a empresa tem medo de que essa pessoa possa dar complicações de saúde futuras e aí então, não contrata.
466 É uma situação que eu não entendo como que o Ministério ainda não atuou de maneira muito firme. Eu fiquei
467 sabendo há pouco tempo por mera coincidência.

468
469 **Não identificado**

470
471 Eu sinceramente desconhecia esse fato.

472
473 **Não identificado**

474
475 Eu confesso que não tinha conhecimento desse fato, não sei quantas pessoas são afetadas, de que forma realmente.
476 Nós temos que procurar uma maneira de agir de forma a reverter uma situação como essa.

477
478 **Não identificada**

479
480 É uma situação pior do que o do Aterro de Motovani que tem todo esse alarde aí na mídia, a situação lá é muito
481 grave, e envolve, inclusive o Itamaraty, porque foi uma empresa francesa que causou todo o estrago, ela faliu,
482 simplesmente virou as costas e deixou tudo lá, é uma empresa francesa.

483
484 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

485
486 Eu proponho, que segunda-feira dia treze de junho, nós façamos uma data, não digo uma reunião presencial, mas
487 pelo menos chegue no meu e-mail, e nós trocamos e-mails no dia treze de junho, e eventualmente alguns
488 telefonemas entre eu, Helder, Walmir e André, e eventualmente o Adalberto lá da Bahia para que definamos um
489 esboço e agenda, uma data, local, quer dizer, já uma primeira estrutura desse seminário, é possível? Até lá eu
490 imagino que pessoas aqui já vão fazer os contatos e no dia treze de junho nós já tenhamos um primeiro esboço, para
491 vermos quais são as problemas que vamos ter, problemas logísticos, problema de transporte, local, quem serão as
492 pessoas, se a formatação, nós já poderemos conversar entre nós, se aquelas pessoas são as pessoas mais
493 representativas desses dois macro-problemas, poder ter uma avaliação, pode ser assim? Então, fica acertado, o
494 Helder vai concordar. Ele já concordou, não tem problema. O item seguinte que o André falou foi a questão das
495 diretrizes do ordenamento da pequena mineração, cujo texto, pelo menos um texto para a Câmara aqui trabalhar,

alguém tem que preparar, aí eu pergunto para o Helder se isso daí nós geráramos, ou seria melhor constituir, obviamente que é aberto a todos, se nós geráramos o texto, o Ministério de Minas e Energia junto com o Pará, o Presidente do Pará e Minas talvez se interesse.

Não identificado

Quando você fala em questão de ordenamento, o que deveria ser abordado? Depois eu posso dar...

Não identificado

Na realidade, quando se fala ordenamento da pequena mineração, eu acho que nós podemos dar um testemunho das dificuldades que se tem hoje em dia, o pequeno e médio minerador, e quando se fala em mineração, principalmente em Minas Gerais, ou mesmo no Brasil, a grande empresa representa 4 a 5% (cinco por cento) do números de empreendimento, no máximo 4 a 5% (cinco por cento). A pequena e média vão corresponder evidentemente pelo restante. A grande dificuldade que eu vejo hoje em dia, a realidade, não que está escrito, é realmente compatibilizar o pequeno minerador à Legislação Minerária é à Legislação Ambiental. Muitas vezes não se consegue o licenciamento ambiental, no caso de Minas Gerais uma dificuldade muito grande, porque a legislação minerária muitas vezes para o pequeno é muito difícil. Então, eu pergunto se essa questão do ordenamento da pequena mineração, teria esse tipo de foco, essa visão?

Não identificado

Essa demanda, na realidade, não veio do Ministério de Minas e Energia, ela veio surgir aqui nessa Câmara Técnica, o representante do Pará que levantou na reunião passada. A proposta, na realidade, é muito mais definir o que é, não é bem ordenamento a expressão correta, não é. O ordenamento é mais a questão da território, é definir as atividades de pequeno porte, de mineração pequena, de tamanhos menores, e como é que isso implicaria no processo de licenciamento ambiental. Então, foi mais ou menos que eu me lembro que o Ronaldo tinha colocado, representante do Estado do Pará sobre isso, até eu conversei com ele ao telefone na segunda-feira, perguntando se ele viria, que nós definiríamos melhor, o que ele espera da Câmara Técnica dessa matéria, que aí nós poderíamos definir melhor para poder até trazer uma contribuição.

Caio Márcio Benício Rocha - Governo de Minas Gerais

A partir de dezembro do ano passado, eu acho que Minas Gerais deu um grande passo quando se estabeleceu a Deliberação 74/2004, quando ela estabeleceu seis classes. Os empreendimentos em Minas Gerais, a partir de dezembro do último ano, eles são classificados em seis classes para o licenciamento. Classe um, dois, três, quatro e cinco e seis, essas classe, elas são em função do grau do potencial poluidor e o porte do empreendimento. Porte de potencial poluidor, do geral, de uma atividade de mineração, ele varia de pequeno, médio e grande. Em Minas Gerais o porte degradador de atividade de mineração, será ou médio ou grande, não há possibilidade, não existo uma atividade mineração considerada com o potencial poluidor pequeno. E os portes vão variar em função da produção. Então, há a possibilidade daqueles empreendimentos considerados, classificados classe um e classe dois, eles são dispensados do licenciamento ambiental, não há um licenciamento ambiental para atividades minerárias e industriais em Minas Gerais, aquelas que forem classificadas dessa forma, ou classe um ou classe dois, essa classificação em função do potencial poluidor e do porte do empreendimento. Evidentemente a ausência do licenciamento, não desobriga o empreendedor a uma série de exigências com relação à prefeitura, com relação à questão da outorga do uso de recursos hídricos, com relação à questão de necessidade de (...), ou seja, a necessidade de manter uma autorização para supressão, e principalmente a responsabilidade técnica de quem informa, que aquele empreendimento que foi classificado, aquele empreendimento que foi dispensado do licenciamento, tem todos os sistemas de controle ambiental, suficientes para que aquela atividade possa exercer uma atividade a contento. Isso está acontecendo em Minas Gerais. É uma inovação, é um ato de coragem, nós não temos certeza se realmente vai ser o que vai dar certo, mas já está acontecendo. E, tem sido uma orientação do nosso secretário Dr. José Carlos de Carvalho que isso seja um exemplo, que todos aqueles empreendimentos, vamos supor na atividade de mineração, deve ser uns dez ou quinze empreendimentos que já obtiveram essa autorização ambiental de funcionamento, ou seja, foram classificados empreendimentos classe um e dois, foram dispensados do licenciamento, mas apresentaram uma declaração do empreendedor e do responsável técnico que aquilo ali tem condição de operar de acordo com as normas. Então, nós estamos procedendo a partir de então, uma fiscalização rigorosa para verificar se esses empreendimentos estão realmente, aquilo que eles informaram está sendo de acordo com a realidade. Acho que seria um bom exemplo, essa Câmara Técnica conhecer quais são os critérios, quais são os portes que nós consideramos pequeno, médio ou grande, eu acho que tem alguma coisas interessante que nós podemos contribuir. O Helder, eu não sei se você conheceu, o José Cláudio deve ter comentado com você sobre isso, eu acho que nós poderíamos dar uma contribuição nesse sentido, de apresentar o modelo específico da Deliberação 74/2004 que se refere a atividade de mineração no Estado de Minas Gerais.

558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618

Não identificada

Eu acho que nós precisamos saber qual é a finalidade, porque em Minas, a finalidade foi completa, ela não foi voltada para o problema da mineração, foi voltada para facilitar um processo de licenciamento que ocupava, eu lembro muito do dia que o Dr. José Carlos apresentou isso na FIEMG, e isso me marcou. Enquanto os melhores técnicos deles estavam burocraticamente com duas pilhas de processos para analisar, Cataguazes estava arrebatando lá e não tinha ninguém para olhar Cataguazes. Então, qual é o mais importante? É licenciar, a burocracia, o cartório e dar o carimbo para o fulano poder, ou cuidar de Cataguazes? E ele não teve dúvida é cuidar de Cataguazes. Então, ele fez essa modificação da DN 01, de forma a simplificar. Mais de 60% (sessenta por cento) dos empreendimentos mineiros ficam fora do processo mais complexo de licenciamento, é um procedimento simplificado, não é que fica livre, é simplificado.

Não identificado

Na realidade, houve essa decisão. Na realidade, nós temos o exemplo, a questão do licenciamento no Brasil, eu acho que ela banalizou-se, então, nós temos que refletir sobre isso. Muitos dos empreendimentos de pequeno porte, não há, não há realidade que comporte uma empresa mineradora, o pequeno empreendimento no geral, passar por LP, LI, LO, isso é uma fantasia. Vira-se Alice no País das Maravilhas.

Não identificada

O consultor acaba ganhando mais que o dono da empresa.

Não identificado

É uma ilusão, por exemplo, nós temos que ter os pés fixos na realidade na qual nós vivermos. O setor de mineração no estado de Minas Gerais, eu posso falar, desde o início da fundação da FENUS, quase com doze anos como gerente de uma divisão de minerais metálicos e não metálicos, a princípio eu via com uma certa reserva essa questão da autorização ambiental de funcionamento, mas eu vejo que é uma forma de realmente agilizar de forma responsável. A questão do licenciamento, LP, LI para todo mundo, pensar que o grande empreendimento, realmente tem que passar por LP, LI e LO. Agora um pequeno empreendimento, extração de mineral não metálico, extração de areia, um pequeno, não há possibilidade nenhuma de isso ser efetivo. Então, nós em Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, está tomando essa postura, e eu acredito que é uma postura de coragem, é uma iniciativa que realmente mereceu ter se, mas eu acredito que vai dar certo. Vai dar certo se nós mostrarmos desde o primeiro momento que aquilo é para ser sério, é como se fosse a questão do Imposto de Renda, todos nós podemos declarar o que bem entendemos, mas se aquilo ali for constatado, que aquilo não condiz com a realidade, há uma punição. O empreendedor tem que entender isso, e o Estado tem que ter o poder de fiscalizar e mostrar que aquilo que está sendo feito, que está sendo pretendido com o objetivo de agilizar, é uma coisa séria e aquele que não fizer de forma séria, aquele vai ser punido, essa é a orientação do nosso Secretário.

Não identificado

Mas aí, continuando a questão, eu não sei se é o caso aqui, porque nós teríamos que desenvolver revisão de todo o processo, porque acho que não cabe você fazer uma exceção para uma única coisa. Então, tem que ver qual é o objetivo do parágrafo, porque nós temos, eu naquela época do CETEC nós tentamos organizar garimpo, os garimpeiros, porque eles não tem organização social, eles são clandestinos até deles mesmos, volta àquela época dos bandeirantes que ninguém contava para onde estava indo para não atrair mais gente para explorar aquele ouro. Então, tem essa cultura. O problema da mineração, com esse processo de simplificação, simplifica um pouco e deixa mais tempo para o técnico fiscalizar e atuar onde ele realmente precisa. Agora, tem que ver o que essa pessoa, a proposta do Pará, gostaria porque, eu para mim fico imaginando que talvez seja um grande programa, de políticas públicas, MME e MMA conjunto para atuar, e o MST também, porque para atuar com tecnologias, disponibilizar tecnologias, educar, não é feito porque eles não são organizados, não consegue capturar essas pessoas e dizer: olha vem aqui e apreenda que é assim que é assado, é muito complicado. Então, tem que ver qual é o processo mesmo.

José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia

Eu ia dar um fechamento já, para ter uma proposta.

Marcelo P. de Assis - SECEX/CONAMA

619 Só lembrar que num outro item que foi proposto na reunião passada pelos Ministério dos Transportes, seria uma
620 definição de licenciamento para empreendimentos de pequeno impacto, e que essas propostas, pela discussão, eu
621 estou sentido que elas estão convergindo para uma só, e informar também que esse tema está sendo recorrente,
622 surgiu na Câmara de Controle e Qualidade Ambiental e na de Resíduos.

623
624 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**
625

626 o Marcelo já antecipou. Eu, na verdade, vou dar um encaminhamento anterior a isso aí, é o seguinte, não só pela
627 ausência do Ronaldo, representante do Pará, mas também porque eu admito que o Ministério da Minas e Energia
628 está extremamente preocupado com a resolução das APPs e que, cujo impacto direto, explícito, é em cima da
629 mineração, com proposições, nós já ouvimos proposições de membros, de conselheiros do CONAMA, que na prática
630 vai se traduzir na suspensão da mineração no país, chega ao cúmulo, não tem outra palavra, mas sim dizer que é da
631 irresponsabilidades desses conselheiros, mas espero que até lá um mínimo de juízo, as pessoas têm, apesar de eles
632 serem candidatos a juízes natos. Nós discutirmos a questão da mineração hoje aqui, eu ficaria um pouco preocupado
633 até por conta, acho que o ideal seria realmente na próxima reunião, que deverá ser no entorno da Plenária do
634 CONAMA, onde nós vamos ter uma noção, se nós ainda teremos mineração, se nós poderemos viver ainda nesse
635 país ou não ou teremos que ser todos extirpados daqui. Então, eu proporia que esse assunto, suspendêssemos essa
636 discussão aqui e voltássemos a discutir na próxima reunião, por conta da ausência do Ronaldo, por conta também da
637 votação da APP no Plenário. Agora, eu entraria então, como o Marcelo disse, já faria a conexão direta com a
638 definição de pequeno empreendimento, que é a imagem que eu ia usar é ter uma licença simples, fazendo referência
639 aí ao Simples, que é do ordenamento tributário, que é um procedimento simplificado, para se conseguir operar uma
640 empresa de pequeno porte. Fazendo um paralelo com o Simples, quem sabe nós iniciássemos um texto, não sei. O
641 Caio já comentou que já tem alguma coisa no Governo de Minas, mas eu já gostaria de pedir para os conselheiros
642 aqui presentes, ou por experiência própria, ou por ter ouvido falar, ou ter ciência de fato, se já existe algumas
643 contribuições possíveis para podermos iniciar algum tipo de texto para criar o Simples Ambiental?
644

645 **Patrícia H. Boson - CNI**
646

647 Eu queria comentar que existem dois PLs de licenciamento tramitando no Congresso, aliás um foi apensado ao outro,
648 foi proposto pelo Luciano Zica, depois veio um outro daquela deputada Ane Pontes, e aí eles apensaram o dela ou
649 dele e hoje nós estamos com um relator que é um deputado mineiro, que é o relator hoje desses dois projetos. Aí eu
650 acho que é a oportunidade para que se apresentar, embora os projetos que estão tramando lá não tenha nenhuma
651 diferença hoje do que tem na Resolução do CONAMA, aliás, eu como empreendedora digo que piorou bastante e
652 ficou mais difícil ainda, mais burocrático ainda, o PL em relação à resolução, e acho que é uma oportunidade de nós
653 estarmos colocando essas questões como uma emenda ou uma proposta da Câmara de Mineração aos dois PLs.
654 Nesse sentido a CNI está reunida para poder discutir, está apresentando algumas propostas inovadoras, copiando
655 literalmente de Minas e da Bahia, que a Bahia tem um processo mais simplificado ainda no sentido, excelente o
656 sistema de meio ambiente da Bahia, é um modelo hoje para nós, é Bahia, associado à questão dessa classificação
657 de Minas. A CNI quer colocar isso porque é uma forma de você acabar definindo a questão do significativo impacto
658 ambiental, o que é isso? O que é significativo impacto ambiental? Minas deu a resposta. De acordo com o porte e o
659 potencial poluidor. Classe um não é significativo, classe dois não é significativo, classe três começa a ficar
660 significativo, quatro, cinco e seis, aí você acaba definido, e é essa proposta que nós estamos encaminhando para que
661 nós repensemos isso. Eu acho que é uma oportunidade e uma maneira da Câmara atuar de maneira positiva e
662 apresentando uma substitutiva, uma emenda aos PLs que estão tramitando lá hoje no Congresso. Só mais um
663 adendo, o Espírito Santo tem essa expressão "licenciamento simples", e é uma coisa que devemos evitar. É
664 licenciamento ambiental, o procedimento é que simples, porque o nosso Ministério Público cai matando, quando
665 alguém que ele acha que não tinha que receber licenciamento simples e recebe. Aí no fundo não é licenciamento
666 simples nada, é licenciamento ambiental, o procedimento para alcançar aquilo é que foi simplificado. Então, não
667 podemos comparar com o tributário não, porque falou que teve licenciamento simples tem sempre alguém para dizer
668 que aquele licenciamento não é simples.
669

670 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**
671

672 Eu peço que retire então, o simples para não fazer nenhum tipo de alusão, na hora da edição da ata, peço aí que
673 coloque procedimento simplificado ou parecido, por favor.
674

675 **Walmir Pereira do Carmo - GRAMA ONGs Nordeste**
676

677 Eu sou do Conselho Estadual do Meio Ambiente, e lá os grande empreendimentos, celulose, esses empreendimentos
678 de grande impacto, eles passam por discussões no Conselho. O CEPRAM então, é que dá a licença de localização,
679 de implantação e de operação. Agora, os pequenos empreendimentos, postos, granja, essa coisas, o próprio CRA é
680 quem dá a licença simplificada, e se o Conselho tiver dúvida de que aquele empreendimento não é simples, então

681 avoca o processo para que todos tenham acesso de leitura e ver uma nova avaliação. Mas, a Bahia, inclusive, tem
682 essa classificação que ela citou do que é grande, médio, pequeno potencial poluidor. Qualquer informação, vocês
683 poderão entrar em contato com a Lúcia Cardoso que é Diretora do CRA e ela tem todo esse material classificatório na
684 Legislação Baiana.

685
686 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

687
688 Então, nós já temos, pelo que eu entendi Minas também já teria alguma coisa que nós poderíamos tirar, atividades,
689 não minerárias, atividades em geral, empreendimentos tem?

690
691 **Caio Márcio Benício Rocha - Governo de Minas Gerais**

692
693 Na realidade, a deliberação normativa 74/2004 estabelece critérios para a classificação segundo o porte e o potencial
694 poluidor de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente, passíveis de autorização, ou de
695 licenciamento ambiental no nível estadual. Determina normas para indenização de curso, e análise para expedir
696 autorização de licenciamento ambiental e dá outras providências. Não só atividades de mineração, mas como todo
697 tipo de atividade industrial, minerária, etc. Foi bem discutido com o Setor Produtivo, o pessoal da FIEMG participou
698 dessas discussões.

699
700 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

701
702 Bom, com isso nós já temos dois textos. Nós ligamos para a Lúcia, pedimos para ela identificar qual é o texto,
703 pergunto se mais algum membro da Câmara Técnica tem alguma idéia de onde nós podemos conseguir esse texto
704 para começar?

705
706 **Patrícia H. Boson - CNI**

707
708 Eu posso ver lá com a CNI, acho que até a próxima reunião nós já devemos ter aprovado no Conselho de
709 Empresários para o Meio Ambiente uma proposta, e ela pode ser apresentada também. Essa proposta, ela casou os
710 dois PLs, Minas Gerais e Bahia, ela fez um mix dessas três. Já fez, ela não está pública ainda porque ainda não
711 fechou oficialmente na casa, mas até a nossa próxima reunião provavelmente ela já pode ser apresentada.

712
713 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

714
715 A CNI aceitaria que esse texto servisse de texto básico para nossas discussões aqui?

716
717 **Patrícia H. Boson - CNI**

718
719 É isso que eu preciso, na próxima reunião eu já coloco e vejo se é possível, ou então informo por e-mail, qualquer
720 coisa, antecipadamente.

721
722 **Não identificada**

723
724 Tem a própria Resolução 279 que só abrangia o Setor Elétrico que pode ser ampliada para outros empreendimentos.
725 Eu fiquei com uma dúvida, na reunião anterior o processo foi arquivado, mas como é que era previsto que ela seria
726 revista? Após um ano ela continua válida?

727
728 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

729
730 Nós da Secretaria Executiva do CONAMA nos dispomos a receber o material que vocês possam encaminhar e
731 repassar aos demais membros da Câmara Técnica.

732
733 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

734
735 Mais algum comentário sobre esse procedimento simplificado de licenciamento ambiental? Bom, eu acredito que na
736 próxima reunião nós já possamos gerar, seja de origem da CNI, seja de um outro condensado em paralelo que possa
737 ser feito com essas contribuições que nós temos da Resolução 74 e dos procedimentos da Bahia, junto com a 279,
738 Setor Elétrico, e de repente nós fazemos um mix. Estamos colocando como meta, o Ministério de Minas e Energia,
739 trazer na próxima reunião uma primeira minuta para vermos se é isso mesmo ou não é, obviamente distribuindo com
740 antecipação, para que contribuições possam vir. Com isso eu acho que terminou André aquilo que você apresentou
741 que estava em caixa. Aí eu pergunto, outros itens, não sei se é isso que vou falar, mais teriam outros itens que nós
742 deveríamos incluir na pauta desse ano de mandato que nós temos.

743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804

Não identificada

Na verdade, a minha dúvida é com relação ao problema de Santo Amaro, se vale a pena deixar junto os dois primeiros itens que foram colocados por ele. Eu não sei se seria melhor separar essa contaminação por chumbo e a exploração de urânio independente.

José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia

Pode ser feita, por isso que dia treze de junho com essa troca de e-mail nós vamos ter uma noção boa. Ela está falando, será que vale a pena, dada a dimensão do chumbo, do problema de Santo Amaro, se é o caso de nós juntarmos com o urânio nesse mesmo evento ou não, e eu estou propondo o seguinte: que nessa troca de e-mail ou mesmo nessa reunião que nós façamos por telefone, no dia treze de junho, de repente nós possamos definir a dimensão de um ou de outro, de repente fazemos um só evento para o caso do chumbo, depois fazemos um outro para a questão do urânio, nós vamos ter uma noção da dimensão melhor, do chumbo, se faz juntos ou faz separado.

Não identificado

Os dois são gritantes, os dois são gritantes. De vez em quando o Jornal A Tarde estampa lá reportagens sobre Caitité. A empresa que está implorando lá é a INB, não é? De vem em quanto derramamento lá das bacias de contenção, tem muito problema lá. Eu acho que teria espaço sim para fazer os dois temas em um seminário só. Eu acredito, dois dias de seminário, como se pensa dois dias, faria sobre o chumbo e sobre o urânio. Agora, eu não sei, seria isso na cidade de Santo Amaro, ou seria lá e convidaria o pessoal de Caitité? Dois momentos. Então, faria...

José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia

Vamos aguardar um pouquinho, eu não teria condições, teria que sentir melhor, porque se nós formos no local, Caitité eu lhe garanto que se tiverem dez pessoas de fora vai ser muito, por conta da dificuldade logística, o deslocamento lá não é simples. Santo Amaro é mais fácil chegar lá, agora o Caitité é complicado.

Não identificado

Então, faria dois momentos, eu não sei.

José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia

Acho melhor dia treze de junho, nós propormos isso em treze de junho em função do que cada um dos quatro vão sentindo daqui até lá. Então, fica mais essa informação de que eventualmente se faz a separação entre os dois eventos e faz um para um, outro para outro. Nós vamos sentindo isso também em adição às decisões, ou melhor, não é nem decisão, mas pelo menos as proposta que terão que ser concluída em treze de junho. Aí vem aquela pergunta, eu repito a pergunta: teria outra matéria que os conselheiros aqui sugeririam que fosse incluída na nossa pauta? Bom, pelo silêncio estou vendo que vai virar dever de casa, vou cobrar na próxima reunião, se surgir algum. Então, fica como dever de casa para todos, pensar se é o caso de nós incluirmos outros itens na nossa pauta, e independente de esperar a próxima reunião, se surgir algum outro assunto que já deva ser tratado, não como proposta de idéia, vamos dizer assim, na próxima reunião, se houver interesse de na próxima reunião, já haver o encaminhamento, por favor, entre em contato comigo, porque nós já trazemos quem sabe, alguma coisa mais elaborada se for necessário, ou se houver urgência, alguma coisa nesse sentido.

Não identificado

Então, na próxima reunião já define a Mineradora Inoam?

José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia

Com certeza, está certo. Os dois estão certos, a 306 e a Inoam estão certos. Deverá trazer também o seminário, eu acredito que até lá nós já tenhamos algum posicionamento para discutir, e quem sabe já o texto, o primeiro texto para definir o procedimento simplificado para licenciamento ambiental. Seriam esses os quatro temas, tentativas da próxima reunião, por enquanto a menos que surja um outro. Aí vem a pergunta, quando vocês sugerirem que seja essa reunião?

Não identificado

805 É só ver o calendário do CONAMA para não chocar.

806
807 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

808
809 O CONAMA é dia quatro e cinco de julho, cinco e seis de julho, todo mundo já tem disso, nós podemos aproveitar a
810 vinda dos conselheiros aqui e fazer, por exemplo, no dia sete?

811
812 **Não identificada**

813
814 Já temos Câmara Técnica no dia sete. Quatro não é indicativo não marcamos reunião de Câmara Técnica porque
815 temos a reunião do CIPAM onde todos os presidentes são convidados a participar, e temos o CNEA, já é de praxe.

816
817 **Não identificado**

818
819 Essa reunião do CIPAM é fechada?

820
821 **Não identificada**

822
823 É uma reunião aberta como todas as outras.

824
825 **Não identificado**

826
827 A Câmara Técnica que vai ter reunião, ela envolve algum Conselheiro aqui?

828
829 **Não identificada**

830
831 Não, mas o último indicativo do CIPAM foi que não poderíamos mais marcar reunião de Câmaras Técnicas
832 sobrepostas, independente da participação ou não. Pode ser levado ao próprio CIPAM.

833
834 **Não identificado**

835
836 Não pode ser dia sete, um dia após o CONAMA?

837
838 **Não identificada**

839
840 Nós já temos uma reunião de Câmara Técnica marcada.

841
842 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

843
844 Você falou que vocês informam quando é reunião do CIPAM?

845
846 **Não identificada**

847
848 Informamos, ela tem uma pré agenda, assim como as plenárias, saio, mas o CIPAM se reúne de quinze a vinte dias
849 antes da Reunião Plenária e na véspera da Reunião Plenária, sendo que a véspera pode ser cancelada. Por ter uma
850 variação esses quinze dias, nós fizemos um pré calendário, mas agora já está sendo alterado. Todos os presidentes
851 de Câmara Técnica são especialmente convidados ao CIPAM.

852
853 **Não identificado**

854
855 Então, tem treze de julho, quatorze, quinze, dezoito, dezenove, vinte, aí vai.

856
857 **Não identificado**

858
859 Quinze é uma sexta-feira, nós vimos para cá e ficamos o fim de semana em Brasília, almoçar com a Eleonora.

860
861 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

862
863 Eu já sou referência de final de semana em Brasília.

864
865 **Não identificado**

866

867 Dia vinte de julho. É muito longe.

868
869 **Não identificada**

870
871 Está não porque na segunda quinzenas Nordeste tem problema, a primeira quinzena nós temos plenária.

872
873 **Não identificado**

874
875 Mas em julho, a reunião do CONAMA não é cinco e seis de julho? Aí não vai ter mais reunião, só setembro.

876
877 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

878
879 Então, fica a data dia vinte de julho.

880
881 **Não identificado**

882
883 Mas os festejos juninos na Bahia, dia vinte e três é o ponto alto.

884
885 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

886
887 Então, está marcado dia vinte de julho, se houver algum problema nós trocamos, mas em princípio está marcado.
888 Coloque em suas agendas, por favor. Aí entra assuntos gerais, está aberta a palavra. Algum comentário? Eu não sei
889 se a Eleonora quer fazer algum comentário?

890
891 **Eleonora G. Bueno Ribeiro - SECEX/CONAMA**

892
893 Nenhum comentário.

894
895 **Não identificado**

896
897 Pode elogiar? Eu falei com o Marcelo no corredor que a reunião é uma reunião muito boa, muito tranquila. Eu sou
898 praticamente um leigo na questão da mineração porque minha formação, eu sou administrador e fiz uma pós-
899 graduação na área de meio ambiente, mas conhecer profundamente a questão da mineração é uma coisa muito
900 complexa, só para quem é geólogo mesmo, que se aprofunda e se debruça todos os dias sobre essa questão, mas
901 pela experiência que nós já temos de visitar, sempre que nós pegamos um empreendimento nós gostamos de visitar
902 antes de formatar um voto. Então, eu já conheço muitos mineradoras de talco, de mármore, e de não sei o quê, e nós
903 vemos como elas se processam. Mas, eu estou aqui mesmo na humildade de aprender, porque eu acho que a vida é
904 um aprendizado constante, e nós, com essa cabeças iluminadas que já trabalham há muito tempo, nós vamos
905 aprendendo e espera sair daqui um mestre nessa questão de mineração. Mas, eu quero elogiar a condução dos
906 trabalhos que é muito boa, sem aquelas coisas acirradas que nós vemos na Plenária do CONAMA, às vezes chega a
907 ser uma coisa assim com muito preciosismo. Eu fiquei muito assim, olhando uma moção para pedir que o Congresso
908 vote logo a questão da 239, e que teve pedido de vista do processo de uma moção, e nós esperávamos que o
909 cidadão que pediu vista fosse lá para Campos do Jordão para deliberar. Não foi, não mandou voto, então essas
910 coisas assim que nós vemos que atrapalha muito o processo. É isso que eu queria dizer, a condução e essa troca de
911 informação enriquece muito o conhecimento da gente.

912
913 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

914
915 Permita-me fazer um comentário porque eu pedi vista de uma moção lá em Campos do Jordão, mas deixa eu explicar
916 os motivos. É que resolução é uma norma é um indicativo de como é que não só o IBAMA, mas os órgãos regionais e
917 os municipais devam se portar com relação a isso, e é uma ordenamento jurídico, faz parte do ordenamento jurídico.
918 A moção não tem esse poder, ela apenas orienta sobre determinadas situações, nós entendemos, pelo menos o
919 Ministério de Minas e Energia, entende que aquilo ali não é um ordenamento jurídico, mas entende, por outro lado,
920 que aquilo ali é posicionamento político de um órgão que para nós, importante como é o CONAMA. Então, nós não
921 estamos dispostos mais a receber, ou ouvir, ou saber da decisão de uma moção e isso ficar, "ah, eles estão
922 reclamando lá, mas deixa para lá". Não estamos mais dispostos a esse tipo de comportamento, é por isso que o
923 tratamento que é dado pela maioria das pessoas do Ministério de Minas e Energia, e eu expressei isso nos Plenários
924 é que, para nós, resolução e moção tem o mesmo peso, se um é ordenamento jurídico, outro é ordenamento político,
925 e para nós são equipotentes, e se prepare para muita briga de nossa parte com relação, se for o caso, muita briga
926 com relação às moções também. Nós queremos que as moções do CONAMA não sejam aquela moção, "ah, é
927 bonitinha fica aí e tal", mas ninguém compre. Lá em Campos do Jordão, teve uma fala do Finote, um ex-Conselheiro,
928 ele fez uma fala que eu fiquei absolutamente maravilhado, que não adianta o CONAMA e qualquer órgão fazer uma

929 moção que ninguém cumpre, é uma resolução para se cumprir talvez em Saturno ou Urano, mas não tem nenhuma
930 aplicabilidade ou vinculação com a realidade econômica e social do país. Isso para mim só leva um órgão como o
931 CONAMA, leva ao descrédito, o pessoal começa a ridicularizar. Então, esse tipo de coisa é que está levando o
932 Ministério de Minas e Energia a discutir, inclusive, as moções com a mesma garra, o mesmo interesse. A última
933 reunião de Campos do Jordão mesmo, dos treze assuntos da pauta, onze eram de interesses direto do Ministério de
934 Minas e Energia, mesmo resoluções sobre biosegurança, que o mais próximo que passa disso aí, são algumas
935 bactérias lá para recuperação secundária de petróleo, um negócio longe a bessa, para nós interessou porque é
936 resolução de um conselho se metendo no outro. Daqui a pouco um Conselho x qualquer está dizendo que o
937 CONAMA é isso, aquilo outro, eu vou ficar pau da vida. Então, entenda que essa posição de moção, a nossa
938 contraposição é que ela é o indicador político, e tem que ser tratado com igual importância de uma resolução.
939

940 **Não identificado**

941
942 Com certeza, eu estava olhando que tem resoluções que datam da época do Ministro Sarney filho. Então, até hoje
943 sem ser deliberada pelo Plenário, e ainda veio, parece que foi a CNA, que pediu vista dessa moção da floresta e
944 simplesmente porque ele disse que tem na CNA um cidadão que trabalha com florestas, e aí ele não deliberou, não
945 mandou nenhuma resposta, não levou nada, e isso fica, eu acho muito chato, porque um Plenário daquele que
946 delibera resoluções que, eu digo que é lei, quando o CONAMA bate o martelo sobre uma resolução, ela vira lei para o
947 Brasil inteiro. É aí, tem pessoas que brincam com essa coisa. Eu acho que moção é um sentimento, pode ser
948 regional. Eu trago uma demanda de lá da Bahia sobre Santo Amaro, por exemplo, em forma do moção, e isso fica
949 rolando aqui o tempo todo e não deliberam, para mim as vez é descaso isso.
950

951 **Não identificado**

952
953 Só um minutinho, eu queria registrar que o novo Regimento, ele não tramita mais as moções. O Regimento aprovado
954 em Plenário que está com pequenos problemas agora, junto a Consultoria Jurídica do Ministério, as moções serão
955 votadas na plenária em que elas forem apresentadas. Eu fico muito satisfeita ao ouvir o Dr. José Carlos porque eu
956 acho que elas tem que ser contestadas com a responsabilidade daqueles que propõem. Então, eu vejo muito
957 importante a sua fala, porque às vezes se descaracteriza, não se dá a devida importância a uma moção. Então, vota-
958 se, passa, ou então: não, eu vou segurar. Não é isso. Eu achei interessantíssimo o termo equipotente, mas eu puxo
959 então, para a questão da responsabilidade do proponente e daquele que contesta. Eu acho que tem que haver
960 contestação quando ela não tem o suporte legal ou até mesmo político para que saia do CONAMA, e quando saia,
961 não saia para o descrédito da instituição ou do colegiado. Obrigado.
962

963 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

964
965 Nada mais a falar por todos, obrigado pela presença, nos vemos dia vinte de julho como Câmara Técnica, mas
966 certamente estaremos todos nos dia cinco e seis na diversão máxima da APP. Obrigado.